

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS/TO

PUBLIC POLICIES OF SOLIDARITY ECONOMY: A CASE STUDY IN THE MUNICIPAL GOVERNMENT OF PALMAS / TO

Jeissy Leal de Castro Aguiar **1**
Valtuir Soares Filho **2**

Faculdade Católica do Tocantins – FACTO. E-mail: jeissyleal@**1**
hotmail.com

Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: valtuir@uft.**2**
edu.br

Resumo: A economia solidária tem despertado a atenção de diversas comunidades que enfrentam o desemprego e a falta de renda, se tornando uma ferramenta para geração de novas opções de empreendimentos, como alternativa para o fortalecimento social. Este artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas desenvolvidas para a economia solidária no município de Palmas/TO. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, acompanhada de pesquisa de campo por meio de uma entrevista semiestruturada, procurando listar as políticas públicas de incentivo à economia solidária e as contribuições para o desenvolvimento local. Concluiu-se que ações desenvolvidas pelo governo para atender as necessidades da comunidade, apoiando a economia solidária, faz o reconhecimento da existência de uma ação social como obtenção de bens e recursos públicos, fundamentais para que a população se estabeleça economicamente, como observado no caso dos Feirantes e o Projeto Bom Peixe no município de Palmas que ajudaram economicamente muitas comunidades a se manterem.

Palavras-Chave: Economia Solidária, Políticas Públicas, População, Governo.

Abstract: The solidarity economy has attracted the attention of several communities that face unemployment and lack of income, becoming a tool for generating new entrepreneurship options as an alternative for social strengthening. This article aims to analyze the public policies developed for the solitary economy in the municipality of Palmas / TO. A bibliographical research was carried out, accompanied by field research through a semi-structured interview, seeking to list the public policies to encourage solidarity economy and contributions to local development. It was concluded that actions developed by the government to meet the needs of the community, supporting the solidarity economy, recognizes the existence of a social action as obtaining public goods and resources, fundamental for the population to establish itself economically, as observed in the case dos marketers and the Bom Peixe Project in the municipality of Palmas, which have helped many communities economically to keep up.

Keywords: Solidarity Economy, Public Policies, Population, Government.

Introdução

As dificuldades sociais tais como o desemprego, falência de empresas, ou até mesmo exclusão social, têm levado muitas pessoas a criarem um sistema de mercado interno, onde buscam vencer suas dificuldades através de novas oportunidades de geração de renda.

Em meio a esses e tantos outros problemas que a sociedade enfrenta, a Economia Solidária surge como uma estratégia para muitas famílias melhorarem suas condições de vida, garantindo a sustentabilidade com o incentivo ao trabalho coletivo. Através de uma gestão coletiva, a Economia Solidária possibilita a formação de algumas atividades econômicas como os meios de produção, comercialização e a prestação de serviço de forma democrática.

Economia Solidária veio para superar as barreiras da política de inovações e surgiu como alternativa para diversas empresas que se encontravam em processo de falência, desde a abertura do mercado interno, ao desemprego e à consequente exclusão social. Além disso, é possível ter na prática uma autogestão, a qual não se caracteriza apenas como uma gestão participativa, mas a forma prática de um grupo de pessoas que resolvem se tornar empresário autônomo.

Singer (2002) reforça o conceito afirmando que a economia solidária é um modo alternativo de produção e distribuição, criado e recriado periodicamente pelos que estão (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho.

Segundo Gaiger (1996, p.17) “com as políticas públicas de economia solidária seus beneficiários, os cidadãos provenientes das camadas populares, que vivem do que ganham, buscam uma forma de gestão própria para organização do trabalho”

Mesmo com essa definição coletiva, de trabalho cooperativo, ainda são necessárias algumas políticas específicas para o desenvolvimento desse sistema que além de propor o crescimento, também traz melhoria na condição de vida da sociedade e oferece uma melhor distribuição dos recursos.

Neste contexto, o objetivo deste estudo é listar as políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia solidária, no município de Palmas, a partir dos projetos gerados pelo poder público municipal.

Nesta perspectiva, construiu-se a seguinte questão norteia este trabalho: quais são as políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia solidária no município de Palmas/TO, a partir dos projetos emanados do poder público municipal?

Com a finalidade de alcançar o conhecimento para este questionamento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico, com utilização dos estudos de SINGER (2000), bem como artigos sobre o tema em questão aplicação de pesquisa de município de Palmas, que serviam de bases para complementação deste estudo.

Durante o desenvolvimento teórico do trabalho foi possível perceber o quão é importante a implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das práticas de economia solidária, pois como defende Singer (2000) a economia solidária apresenta-se sendo um regime de produção alternativo, superior ao sistema capitalista.

Conceitos e definições de políticas públicas

A existência de políticas públicas se torna de grande importância para as questões sociais, onde define o papel do Estado na elaboração das atividades em dar soluções aos conflitos sociais e melhorias na qualidade de vida para a sociedade.

Rua (2009, p. 19) explica que “políticas públicas são uma das resultantes da atividade política: compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”. Segundo a mesma autora as políticas públicas envolvem, portanto, atividade política.

De acordo com Sousa (2016, p. 26) o conceito de Políticas Públicas pode ser resumido da seguinte forma: o campo do conhecimento que busca colocar o governo em atividade, avaliando suas ações, sugerindo mudanças que viabilizem essas ações com espaços democráticos e plataformas eleitorais em programas.

Sousa (2006, p.24) comenta ainda alguns estudiosos que definem políticas públicas da seguinte forma: “Lynn (1980), como a representação de ações do governo que produzirão efeitos específicos”. “Peters (1986) define política pública sendo a soma das atividades dos governos, que

atua diretamente ou através de representação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. “Mead (1995) interpreta como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”.

Para Silva e Yazbek (2006, p.12), as maiores dificuldade das políticas públicas para a geração de emprego e renda no Brasil, são manifestadas através da das mudanças de mercado.

Conforme defendido por Silva e Yazbek (2006, p.12) observando o crescimento grandioso do mercado terceirizado, tanto no comercio e serviço, também o crescimento da informalidade nas relações de trabalho, os desemprego entre tantos outros fatores, são reflexos das mudanças de mercado.

As políticas públicas afetam toda uma sociedade, e promovem o seu bem-estar, em diversas áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, transporte e segurança, o que é determinante para que se qualifique como uma políticas de direitos.

A participação social é considerada importante elemento de gestão e componente fundamental para a elaboração das políticas públicas. As propostas do programa de governo são [ou devem ser] construídas a partir das demandas e necessidades da sociedade. Essas, na medida do possível, são incorporadas às políticas públicas (LAMBERTUCCI, 2009, p. 74)

A eficácia das políticas públicas depende do grau de eficiência da gestão – o que, por sua vez, implica não apenas a qualidade dos gestores para exercer seu ofício público, mas também um ambiente de atuação que favoreça a governança democrática e a responsabilização política (RODRIGUES, 2011, p. 24).

Medeiros (2013, p. 13) comenta que “para que as políticas públicas transformem uma sociedade é preciso: atores políticos com capacidade para diagnosticar e analisar a realidade social, econômica e política em que vivem, além de negociar de forma democrática com os diferentes atores envolvidos no processo.”

“Tudo isso envolve habilidades para gerenciar complexidades (em cenários de incertezas e turbulência, por exemplo) e conseguir colaboração de todos os que estão envolvidos na implementação de determinadas ações de governo” (RODRIGUES, 2011, p. 25).

Com esse entendimento, é correto afirmar que o gerenciamento das políticas públicas deve acontecer de forma a favorecer a sustentabilidade e o trabalho da sociedade, com a sua participação durante a formulação e também no seu cumprimento.

Definições de economia solidária

A Economia Solidária teve seu início em meio ao processo da Revolução Industrial no final do século XIX. Uma economia voltada as questões solidária estava ligada com o sistema cooperativista. A Economia solidária tornou-se um movimento social, podendo também ser vista como movimento de renovação e que apresenta como uma forma moderna de relacionamento no binômio economia e sociedade. Nela tem se avançando o sentido de reconhecer como outra possibilidade de sustentação das formas de vida em sociedade, partindo-se de dois elementos básicos: iniciativa e solidariedade.

Diferentemente do mercado de trabalho, que é bastante competitivo, a Economia Solidária, visa a necessita da participação de todos, formando-se justa e com cidadania, onde o desejo do coletivo é a saúde financeira de todos.

Para Laville (2009) ao tratar da Economia Solidária como um movimento de intervenção coletiva, argumenta que na medida em que, as relações de trabalho vão de encontro a uma ação ampla sobre a sociedade e, faz menção a duas grandes bases para esses empreendimentos: a auto-organização e o trabalho democrático.

Singer (2002) acrescenta ainda que na Economia Solidária, o principal fator de motivação não é o lucro, como nas sociedades capitalistas embasadas pela competição, ao contrário, o que se pretende é a formação de indivíduos trabalhando de maneira coletiva já que é possível organizar outra economia, ou seja, um modo de produção solidário.

Os autores Singer e Souza (2000, p. 13) argumentam que:

[...] a economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si (SOUZA, 2000 p.13).

O entendimento da economia solidária traduz o conceito de coletividade, da busca pelo associativismo/cooperativismo, de forma que essa cooperação gere mudanças sociais. Diferentemente a idéia de salário formal, as atividades são classificadas como não assalariadas, caracterizando um meio de produção econômica e distribuição coletiva dos bens e serviços produzidos.

Gaiger (1999, *apud* Cordeiro *et al* 2010, p. 22) traz uma definição de economia solidária:

Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano – e não do capital – de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida (GAIGER 1999, *apud* CORDEIRO *et al* 2010, p. 22).

Na primeira gestão do governo da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, aconteceu a implementação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (TEM). A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dirigida pelo economista e professor Paul Singer

A SENAES é responsável pela manutenção do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), através de sua Comissão Gestora Nacional (CGN) e das Comissões Gestoras Estadual (CGE), sendo que a mesma cita que as características da Economia Solidária fortalecem ainda mais suas definições: cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade. A SENAES conceitua economia solidária no âmbito do Sistema de Informação em Economia Solidária (Sies): “[...] é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, prestação de serviço, poupança e crédito – organizada e realizada solidariamente por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária” (Atlas..., 2009, p. 17).

De acordo com Paul Singer (2000, p. 31): “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva.”

Com essas definições, é possível perceber a importância da Econômica Solidária, tratando-se então de uma tentativa de minimizar a exploração social e econômica, por meio da união de pessoas que procuravam alternativas de combate ao desemprego, assumindo um importante papel por ser um conjunto de com ações voltadas para o beneficiamento de pessoas não assalariadas ou que possuem baixa renda.

Políticas públicas de economia solidária no município de Palmas/TO

Segundo informações do MTE (2011), no Brasil a Economia Solidária foi consolidada no final do século XX, mas precisamente a partir de 1980, ano em que se estabeleceu a crise econômica nacional, e ganhando força nos anos 90 com os movimentos sociais gerados em decorrência dessa crise.

Os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho durante essa década, passando por difícil estágio de pobreza, iniciaram um movimento de autogestão, na forma de cooperativas, com prática solidária de inclusão social e cidadania, como alternativa para o desenvolvimento econômico local onde viviam.

Já em 2002 o governo federal, estende-se o debate da Economia Solidária como estratégia

de desenvolvimento, por meio de políticas públicas, para a melhoria da econômica do Brasil em todos os níveis sociais. Durante esse debate, ao final de 2002, surge então o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, com a idéia para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho.

Surge 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Lei n. 10.683 e do Decreto n. 4.764, a qual gerou a sua criação. A economia solidária no Brasil se torna uma política ampla, de maior abrangência sendo ainda mais reconhecida como uma oportunidade de crescimento democrático.

O município de Palmas, capital do estado do Tocantins, possui 286.787 habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, estimativa populacional em 2017, sendo setor de serviços é o principal fator da economia palmense.

Segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego- SEDEM, 2017, no município de Palmas são desenvolvidas ações voltadas para a economia solidária por meio do Projeto Desenvolve Palmas, e entre as ações em execução segundo a SEDEM estão: Projeto Bom Peixe, Associação dos Produtores Rurais do P.A. Entre Rios, Feirantes, Associação Reciclo Palmas, Casa do Artesão de Palmas, entre outros.

O Projeto Desenvolve Palmas nasce com o intuito de fortalecer os empreendimentos econômicos, no mesmo sentido das políticas públicas de economia solitária de Palmas. Sua criação foi realizada durante o ano de 2015 em uma escola de tempo integral do município, a 1ª Conferência Municipal de Economia Solidária de Palmas, trazendo ao debate a Economia Solidária como estratégia para desenvolvimento econômico sustentável regional, territorial e local; trazendo um novo conceito e modelo de trabalho e geração de renda com base no trabalho associado voltado para cooperativas de produção e serviços. (SEDEM, 2017).

Por meio da SEDEM e com a parceria do Ministério do Trabalho e Emprego (convênio MTE/SENAES, 2014, o qual trata o desenvolvimento sustentável local e regional através de empreendimentos baseados na autogestão e cooperação), o município de Palmas busca iniciativas para o desenvolvimento comunitário, para que possa trabalhar em oito regiões diferentes do município.

Das iniciativas no município de Palmas, está o Projeto Desenvolve Palmas, o qual foi criado também o Conselho Municipal de Economia Solidária – COMESOL, instituído através da Lei 2.206/14, vinculado à SEDEM, com objetivo de dialogar com a população sobre a execução de projetos relacionados à economia solidária.

O projeto do Desenvolve Palmas conta também com equipe técnica e coordenadores, atuando no Centro de Inovação e Aceleração de Palmas (CIAP), onde profissionais devidamente capacitados prestam apoio à população.

De acordo a Sedem (2017), o município e Palmas tem localização estratégica, com fácil acesso, o que possibilita o desenvolvimento e o crescimento econômico da cidade, assim como o sucesso de qualquer empreendimento, onde é possível o desenvolvimento para nossa cidade, não apenas as grandes empresas, como também os pequenos empreendimentos da agricultura familiar, ajudando a somar para o nosso crescimento.

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento e o alcance dos objetivos propostos neste trabalho, foi realizada a pesquisa bibliográfica com o levantamento de conceitos e dados que forneceram o embasamento da parte de revisão documental. A pesquisa bibliográfica englobou a consulta a diversos autores de diversas publicações sobre o tema apresentado, entre os principais estão: Singer (2002), Medeiros (2013), Gaiger (1999), Sousa (2006).

Sobre a pesquisa bibliográfica, o autor Gonçalves (2005), cita que essa modalidade de pesquisa é necessária para se iniciar qualquer tipo de pesquisa. O principal objetivo da pesquisa bibliográfica, estar em fazer um levantamento de tudo que já foi produzido e publicado sobre o tema pesquisado, por meio de uma revisão bibliográfica, para evitar a repetição de algum tema que já tenha sido estudado. Também foi realizado um estudo de caso na Prefeitura de Palmas/TO, mais especificamente na Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDEM. O estudo de caso enquadra-se como uma abordagem qualitativa e é frequentemente utilizado para coleta de dados

na área de estudos organizacionais, como preconiza Yin (2001).

As informações foram coletadas seguindo um roteiro de entrevista individual semiestruturada, direcionadas à SEDEM com o coordenador geral do Projeto Desenvolve Palmas no município de Palmas/TO, durante o mês de setembro de 2017, respondendo a um questionário de sete perguntas, com respostas gravadas, com a finalidade de conhecer as políticas municipais de apoio a economia solidária.

No que se refere ao tratamento dos dados, a pesquisa teve o caráter descritivo. A análise de dados foi utilizada para evidenciar as questões da política públicas e economia solidária, discutidas entre o governo e população, depois de obtidos com a aplicação da entrevista de acordo com o Anexo I.

Dessa forma, foi desenvolvido um estudo a partir da interpretação dos dados coletados da entrevista com detalhamento técnico qualitativo, analisando e registrando as informações obtidas de forma que foram traduzidas nesta parte do trabalho, como ocorre a atividade de economia solitária na região pesquisada, a participação da população e a interferência política. As respostas obtidas durante a entrevista semiestruturada, de acordo com o Anexo I, foram analisadas de forma expostas nos resultados da pesquisa com resumos das perguntas, conforme itens I, II, III e IV, tratados separadamente no capítulo adiante.

Resultados e discussões

A partir de algumas políticas públicas, projetos dão origem ao fortalecimento da economia solidária no município de Palmas. Em entrevista realizada na SEDEM, com o coordenador geral do Projeto Desenvolve Palmas, o mesmo cita os compromissos nos empreendimentos econômicos, no viés das políticas públicas de economia solitária de Palmas, os quais ajudam no seu fortalecimento.

Políticas Públicas voltadas a Economia Solidária no Município De Palmas

De acordo com o coordenador da SEDEM, o Banco do Povo, que é na verdade o fundo municipal de desenvolvimento e apoio a economia popular e solidária, ou seja, um fundo financeiro é um projeto constituído desde 2005, e trabalha com a economia solidária, apoiando com associações, cooperativas.

O banco foi criado pela Lei Municipal nº 1367, de 17 de maio de 2005, onde se constituiu o Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Município de Palmas, mais popularmente chamado de Banco do Povo. O projeto está voltado à geração de emprego e renda, por meio da promoção de micro e pequenos empreendimentos, formais ou informais e as organizações econômicas de caráter coletivo e solidário (PALMAS, 2017).

O projeto de economia solidária de Palmas/TO, se desenvolve em várias localidades como é o caso do assentamento Entre Rios, desenvolvido com apoio do Projeto Desenvolve Palmas, fomentando os empreendimentos de economia solidária em Palmas, através da Sedem.

Segundo relata o coordenador, estão sendo desenvolvidas também em outras localidades essas políticas públicas de economia solidária, sendo em todo o município, principalmente com apoiando a micro e pequenas empresas, atividades como pipoqueiros, barraqueiros, tudo isso através do apoio do Banco do Povo.

As hortas comunitárias, de reciclagem também configuram nesse sistema, sendo que em Palmas são 04 entidades de reciclagem que estão sendo apoiadas: ASCAMPA, COPERAM, RECICLOPALMAS, e a quarta que ainda está sendo constituída. Recebendo apoio organizacional, assessoria e de orientação, inclusive alguns já ate receberam ate equipamentos como prensas como forma de apoio a esses trabalhadores da classe de baixa renda.

Início às práticas de políticas públicas de economia solidária no município

De acordo com entrevista na SEDEM no mês de setembro de 2014, junto com o Banco do Povo, iniciou-se as práticas públicas de economia solidária em Palmas, quando criado em 2005 e desde então as políticas de apoio do banco estão atendendo mais as comunidades de baixa renda.

Atualmente, o Banco do Povo atende em sua grande maioria a microempreendedores, sendo poucos os autônomos que desenvolvem a economia solidária e que estão sendo atendidas. Mas todos estes que procuraram apoio, a exemplo dos Feirantes e Associação Bom Peixe, segundo o coordenador, foram atendidas.

Práticas de fortalecimento das políticas públicas de economia solidária

De acordo com o coordenador, existe certa dificuldade de conhecimento da população do município em relação das práticas públicas criadas, o que torna a economia solidária ainda um conceito fora do alcance das pessoas. Relata que é algo mais algo muito simples do que elas traduzem. Enfatiza que, o conjunto de parte das ações de políticas públicas em Palmas é resultante de uma parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego –MTE, e que o município exerce papel importante na disseminação desse tipo de economia por meio de trabalho associativo nas comunidades.

As práticas são percebidas de modo positivo, elas ocorrem a pequeno prazo junto aos Feirantes das Feiras Cobertas de Palmas e ao projeto “Bom Peixe”, e a longo prazo, junto ao assentamento Entre Rios, localizado na TO-030, conjuntamente com a Associação dos Agricultores dessa mesma localidade.

O coordenador explica que existe uma associação de produtores de peixe em tanque e rede que é o empreendimento denominado de Bom Peixe e que o mesmo está sendo referência no Brasil. Relata que devido ao empenho dos produtores, que são de maioria de baixa renda, a produção de peixe em tanque de rede no lago de Palmas tem fortalecido a economia popular na capital. O projeto está localizado a 12 km do centro de Palmas Projeto Bom Peixe, localizado no perímetro do Parque Aquícola Sucupira e tem se constituído uma experiência exitosa, segundo o entrevistado.

Conclui esse item evidenciando o artesanato do Distrito de Taquaruçu onde trabalhador ceramista, por meio da Casa do Artesão, tem constituído um celeiro de economia solidária com a participação conjunta da comunidade do distrito, dentre eles o Grupo de Artesãs Cataquara.

Investimentos públicos na economia solidária no município

De acordo com os dados coletados na entrevista junta à SEDEN, no município há uma parceira de investimento pelo Banco do Povo, segundo o coordenador estima-se que 10 milhões já foram investidos na geração de renda popular pelo apoio a vários projetos, dentre eles muitos que partem de ações de economia solidária.

Para concessão de empréstimos aos projetos desenvolvidos é aplicado um laudo de vistorias feitas na propriedade/entidade interessada, por meio de vistoria de os agricultores, empreendedores e comunidades interessadas recebem um laudo técnico, que atesta a capacidade de investimento.

Desses relatórios são gerados os documentos de prestação de contas através do sistema de controle de convênios – SICONF, esses relatórios são formais. Segundo o coordenador esses relatórios são de cunho técnico e os mesmos não foram levados a público, uma vez que o projeto ainda está em andamento (2017), no final do projeto haverá uma avaliação publica para mensurar os impactos e os indicadores de economia solidária a partir dos recursos investidos e dos resultados alcançados.

A seguir o resumo grupos de economia solidária bem como as comunidades atendidas no município de Palmas/TO.

Quadro 1: Grupos de economia solitária e comunidade atendidas.

POLITICA PUBLICA PLANEJADA	GRUPOS/ COMUNIDADES ATENDIDAS
Associação Reciclo Palmas	Quadra 409 Norte
Associação dos Produtores Rurais do P.A. Entre Rios	Chácara Monte Sinais, Zona Rural
Associação Parque do Sucupira (Bom Peixe)	Bom Peixe
AMAP – Associação de Mulheres em Ação	Quadra 503 Norte
CRIARTE – Grupo de Mulheres Artesãs do Lago Sul	Região Lago Sul

ACASP – Associação Condomínio Aquícola São Pedro	Feira 304 Sul
COOPERAM – Cooperativas de Recicláveis Amigos	Quadra 1.102 Sul
AMAS – Associação das Mulheres do PA Sitiam	PA Sitio Zona Rural
Casa do Artesão de Palmas	Galeria Bela Palmas
ASCAMPA – Associação de catadores de materiais recicláveis do TO	Quadra 403 Norte
Casa do Artesão Taquarussu	Região Taquaruçu

Fonte: adaptado de Prefeitura Municipal de Palmas (2017).

A política municipal de economia solidária está estruturada e indicada no Plano Plurianual – PPA (2014/2017), também na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei de Orçamento Anual – LO.

Considerações finais

Esta pesquisa objetivou avaliar as políticas públicas de fortalecimento da economia solidária que despontam como uma forma de sustentabilidade financeira para as famílias sem renda no município de Palmas, ou que perderam seus postos de trabalho, o que reduziria a possibilidade de crises.

O objetivo deste estudo foi alcançado por meio das informações obtidas junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego (SEDEM), com o coordenador geral do Projeto Desenvolve Palmas. Com este estudo foi possível perceber que a prefeitura municipal disponibiliza espaços públicos como potencializar a economia para que comunidades da região possam comercializar produtos produzidos ajudando dessa forma no seu sustento econômico. Com a ação do Fundo municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária, o Banco do Povo, existe uma inserção de crédito para o desenvolvimento da economia local, objetivando a geração de emprego, promoção de empreendimentos, formais e informais.

Concluiu-se que devido o crescimento da população urbana brasileira, aumentou também a exclusão social trazendo dificuldades financeiras para milhares de famílias. Entendendo que as políticas públicas devem fixar direitos sociais, como a introdução de políticas econômicas que valorizam pelo desenvolvimento social.

Foi possível verificar como objetivo da pesquisa as políticas públicas desenvolvidas para a economia solidária no município de Palmas/TO através do órgão municipal de apoio a economia solidaria, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego como o desenvolvimento de projetos no município, através do Desenvolve Palmas e Banco do povo que sustenta as políticas e os projetos.

Constatou-se nesta pesquisa, que a que uma das grandes características da Economia Solidária está na busca dessas melhores condições de vida, para que as pessoas envolvidas nesse sistema possam manter-se ativas no mercado, seja como pequenos empreendedores que se unem a outros, ou famílias de uma mesma comunidade que criam empreendimentos de forma solidária.

Referências

AZEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Monografia no curso de administração: guia completo de conteúdo e forma.** São Paulo. Atlas. 2010.

ATLAS da economia solidária no Brasil 2005-2007. ANTEAG, São Paulo, Todos os Bichos, 2009.

CORDEIRO, Sandra M. A. **Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional,** Londrina: UEL, 2010. Artigo. Disponível em:<http://www.uel.br/pos/ppga/attachments/121_LIVRO%20ECONOMIA%20SOLID%C3%A91RIA.pdf#page=125>. Acesso em: 19 abril 2017.

FRANCA FILHO, G. C. “A perspectiva da Economia Solidária” In: FISCHER, T. **Gestão do**

desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador, B: Casa da Qualidade. 2002

GAIGER, L. **Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo: UNISINOS.** Artigo. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v22n57/a10v2257.pdf>> Acessado em 02 de março de 2017.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** São Paulo. Avercamp. 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo. Atlas. 2010.

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. **A participação social no governo Lula.** In: AVRITZER, Leonardo. Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez. 2009.

LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: um movimento internacional.** Revista Crítica de Ciências Sociais. 2009. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf>. Acesso em 23 abril de 2014.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

MEAD, L. M. **"Public Policy: Vision, Potential, Limits"**, Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

PALMAS. Lei nº 1367 de 17 de maio de 2005. **Regulamentada pelo decreto 198/06 cria o fundo municipal de desenvolvimento da economia popular e solidária do município de Palmas - Banco do Povo e dá outras providências** 2005.. Palmas/TO, mai 2005.

PALMAS. Lei nº 2026, de 3 de fevereiro de 2014. **Institui o conselho municipal de economia-solidaria Comesol e adota outras providencias.** Palmas/TO, fev 2014.

PETERS, B. G. **American Public Policy.** Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. **Ações Voltadas para a Economia Solidária.** Disponível em: <<http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/desenvolvimento-economico/noticia/1498764/desenvolve-palmas-realiza-acoes-voltadas-para-a-economia-solidaria/>>. Acessado em 19 de abril de 2017.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2011. Por Alexandro M. Medeiros. lattes.cnpq.br/6947356140810110. 2013. Artigo. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%Aancia-politica/politicas-publicas/>> Acessado em 19 de abril de 2017.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas.** Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília. CAPES UAB. 2009.

SILVA, Sidélia Luiza de Paula. **Histórico da Economia Solidária no Brasil.** 2015. Artigo. Disponível em: <http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao-3/silva_sidlia.pdf>. Acessado em 29 de março de 2017.

SINGER, Paul; SOUZA, André S. de. **Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000. Disponível em <http://www.socioeco.org/bdf_fiche-publication-449_pt.html> Acessado em 02 de março de 2017.

SOUZA, Celina. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** São Paulo. Atlas. 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos.** (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.

Recebido em 14 de dezembro de 2017.

Aceito em 23 de março de 2018.